



Novos Cadernos NAEA

v. 18, n. 2, p. 281-286, jun-set. 2015, ISSN 1516-6481 / 2179-7536

## RESENHA

Livro: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2011. 152p.

*Irã Carvalho Sampaio* - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. E-mail: [irasampaio@bol.com.br](mailto:irasampaio@bol.com.br)

Maria de Nazaré Baudel Wanderley<sup>1</sup>, na obra acima, elaborou um importante balanço dos estudos rurais que permearam sua trajetória acadêmico-científica e inspiraram sua percepção desse mundo, para, por meio dele medir até que ponto esses estudos contribuíram para sistematizar suas próprias reflexões, para preencher vácuos existentes nesses estudos e para o mesmo servir mais um norte teórico para novas gerações de pesquisadores. A autora optou por dividir esse estudo em dois períodos, que são de 1964 até meados dos anos 1980, e da redemocratização (1985) aos dias atuais, e em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, a “Agricultura e acumulação de capital”, a autora destacou aspectos que levaram ao gradativo avanço da hegemonização do capitalismo no campo, especialmente a partir da desagregação da economia escravocrata e da liberalização da sua mão-de-obra, e, de forma subsequente, por meio do imaginário urbano-industrial e de transformações produtivo-financeira-econômicas no país. Com isso, o trabalho rural, sua produção e o campo passaram a ordenar-se em direção ao produtivismo, baseando-se em relações cada vez mais complexas, no avanço da (inter)dependência entre o meio rural e o urbano e na subordinação ao capital, aspectos que se intensificaram com a modernização “conservadora” da agricultura.

<sup>1</sup> Maria de Nazaré Baudel Wanderley é doutora em Sociologia pela Universidade de Paris – X-Nanterre, França. Foi ligada à Universidade de Campinas (SP) até 1997 e atualmente é coordenadora do Laboratório de Estudos Rurais do Nordeste, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Segundo a autora, essa modernização teve um papel fundamental para a abertura de novas fronteiras agrícolas e também para a ampliação da ação e influência do capital sobre a agricultura, assim como para o surgimento e desenvolvimento dos complexos agroindustriais (CAI), do sistema de crédito, para a reorganização dos mercados e para a (re)divisão do trabalho no campo. Do mesmo modo, demandou a criação de instituições de pesquisas, a adoção gradativa e intensa de tecnologias agrícolas e de uma legislação específica que ajudou a redefinir os perfis de diferentes atores rurais, bem como “desinvisibilizar” outros. No caso do crédito rural, de 1967 a 1976, o Norte e o Centro-Oeste receberam quatro vezes mais recursos do que em anos anteriores.

Apesar desses efeitos iniciais, a modernização contribuiu para a reprodução de aspectos socioeconômicos e produtivos contraditórios no campo e junto à sua população, como a má distribuição de renda, a subocupação, as jornadas de trabalho excessivas, o êxodo rural, a “imobilidade” dos salários, a exacerbação dos lucros agroindustriais, a apropriação da produção de alguma matéria-prima pelos CAI ou mesmo a imposição do que produzir ao mercado. Este cenário se repetiu em extensas áreas de terras apropriadas pelo grande capital “autoritário” com a ajuda do Estado e junto a projetos de colonização, ocasionando em seguida o “fechamento de fronteiras agrícolas” ao campesinato e outros, o uso da terra como reserva de valor e para o acesso ao crédito, o recrudescimento de conflitos fundiários, bem como limitações à reforma agrária, mas não a supressão total de mobilizações em prol dela.

No segundo capítulo, “A subordinação do trabalho e a resistência dos trabalhadores rurais”, a autora trouxe diferentes pontos de vista sobre a crescente descaracterização e subordinação do trabalho rural e os movimentos de resistência a certas condições de vida resultantes inicialmente da modernização da agricultura, aspectos que levaram a uma forte mobilidade demográfica, a migrações para centros mais dinâmicos, a expropriações, à marginalização, ao aumento da exploração do sobretrabalho, à favelização, à escravização e à proletarianização do campesinato, a exemplo dos casos da Zona da Mata pernambucana, da Amazônia e do Vale do Jequitinhonha (MG), aspectos que o Estado procurou controversamente “mitigar” com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), com acesso à seguridade social, à saúde e à sindicalização.

Como resultado desse panorama, Wanderley menciona estudos sobre a formação de um “proletário rural”, que mesmo sem identidade social e sob o imaginário marxista, começou a esboçar reações (greves, paralizações, conflitos) às contradições impostas pela modernização (expropriação, exploração-dominante e exclusão) e pelo capital, mesmo diante do “controle” do regime militar, da

“ausência” de uma política de reforma agrária, da informalidade, da periferização de suas vidas e do espectro do trabalho infantil.

No terceiro capítulo, “A concentração fundiária e as lutas pela terra”, a autora destacou as discussões sobre o caráter desumano da concentração fundiária e as agudas lutas pela terra junto à expansão do capital no espaço agrário brasileiro, situação que se desdobrou em mais conflitos fundiários pelo país devido à acumulação dos meios de produção e de subsistência do “camponês”. Esta realidade levou representantes da grande propriedade e do campesinato ao embate político na Constituinte de 1988, onde desse “cabo de guerra” a União Democrática Ruralista (UDR) “conseguiu” assegurar e reformar o seu status por meio da categoria “agronegócio”, em “oposição” ao latifúndio, e de incentivos fiscais, em detrimento de ações em favor da reforma agrária. Em meio a isso, ocorreu a fundação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) (1979) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (1984), instituições que ofereceram a camponeses e trabalhadores rurais maior visibilidade e capital político, e, ao campo acadêmico, diversos focos de estudo, como sobre a real pertinência da problemática fundiária, das razões econômicas que justificariam a reforma agrária e em relação à produção dos assentamentos rurais (NAVARRO, 2002). [Este não está na lista de referências. Albano]

No quarto capítulo, “Por uma outra agricultura”, Wanderley trouxe contribuições sobre a construção de uma nova agricultura sob um contexto de mudanças na reprodução do campesinato, na sua identidade, na sua autonomia, agora debaixo de uma consolidada agricultura capitalista, ressaltando-se o seu papel para a produção de alimentos, a importância da sua presença em todo território nacional e sua quantidade integrantes. E desse meio se sobressaíram outras análises apontando certa tensão entre o “ser camponês” como uma opção para a realização de sua autonomia e o “ser camponês” como produtor de mercadorias ao mercado. Esta tensão foi apontada como a causa da decomposição e (re)caracterização do camponês, agora à condição de “mini-empresário” (“pequeno burguês”), status imposto especialmente pela agroindústria, pela tecnificação e mecanização, o que, ao mesmo tempo, lhe impôs a proletarianização e a diminuição da sua autonomia, conforme Vergés (2011) aludiu. Nesse mesmo bojo, foram mencionados estudos sobre a ação do “capitalismo autoritário” na fronteira amazônica e sobre o sistema plantation no Nordeste, como impeditivo a um campesinato livre no sertão. Na fronteira, sob a ótica da decomposição, o campesinato foi enquadrado em diferentes níveis (superior, médio e pequeno), o que originou uma “burguesia” de essência camponesa mediante sua “inédita desmarginalização”, a exemplo do que ocorreu no Maranhão e no Pará.

Sob o campo da diferenciação social, a produção integrada no sul do país também provocou mudanças na vida camponesa, por evidenciar processos de trabalho dissonantes, subordinados e relativamente sem autonomia frente o capital agroindustrial, onde, por meio de “adaptações” e estratégias de sobrevivência, buscou-se realizar diversos interesses. Fato semelhante ocorreu com camponeses não integrados, que igualmente tiveram acesso à modernização e viam esse processo como um meio de resistência, enquanto outros o viam como meio para sua subordinação – do camponês. Nesta parte da obra, a autora mencionou novamente as interpretações sobre a reprodução do campesinato e de sua identidade no ambiente de circulação do capital, levando em conta a divisão do trabalho praticada, as relações e os fatores de produção envolvidos, a base econômica em vigor e as diversidades sociorregionais.

Posterior a isso, de meados dos anos 1980 em diante, em oposição ao “apoio irrestrito” do Estado à grande propriedade e ao produtivismo como “únicas” vias para a modernização da agricultura, começaram os debates a respeito da emergência e do reconhecimento da categoria “agricultura familiar”, bem como sobre o seu papel homogeneizador da heterogeneidade rural brasileira, para a modernização, para o desenvolvimento rural e como “elemento multiplicador” das políticas públicas ao campo. Assim, estudos iniciais desenvolveram meios para caracterizar e diferenciar a “agricultura familiar” como sujeito eivado de importância nos campos político, produtivo, empregatício, remuneratório, da autonomia, da gestão da propriedade e da produção de alimentos, mesmo com apenas 25% do crédito rural (1996), com 24% da área agrícola total do país (2006)<sup>2</sup> e no ambiente de implantação do Programa de Assistência à Agricultura Familiar (PRONAF), conforme a autora mencionou.

Wanderley incluiu nesse ambiente de discussões a necessidade de compreensão da disputa político-ideológica que permeia o uso dos termos “campesinato”, “agricultura familiar” e “agronegócio”, onde de um lado vende-se o atendimento de interesses diversos, mas de outro lado “nega-se” a identidade camponesa e familiar, sua condição de sujeitos políticos e sua subordinação econômica ante a grande propriedade em função da instalação desse “novo paradigma” no campo. Apenso a isso, recentemente, em oposição à modernização, ao agronegócio, ao “bem-estar” utilitarista, à razão instrumental e ao produtivismo como meios para solucionar questões que permeiam o campo, tem ocorrido à revalorização das categorias “camponês”, “campesinato”<sup>3</sup>, o fortalecimento da

<sup>2</sup> O Censos Agropecuários de 1996 e de 2006 fizeram um importante “raio X” da agricultura familiar e dos aspectos que a caracterizam no Brasil.

<sup>3</sup> Ver Vergés (2011).

via produtiva “agroecológica” e o debate acerca da “pluriatividade” para enfrentar a falta de “alternativas” no meio rural (emprego e renda).

A existência da pluriatividade<sup>4</sup> no campo, além de evidenciar a questão da diferenciação social, vem indicando certa fragilidade de estabelecimentos de pequeno porte, assim como de sua agricultura, mas pode indicar também uma rota de adaptação dos agricultores a algumas condições, como instabilidades na sua reprodução social e formas de integração à via produtivista, à agroindústria e a mercados diversos (WANDERLEY, 2012). [Seria “2011”? Albano]

No quinto e último capítulo, “O mundo rural no Brasil moderno: espaço e diversidade”, Wanderley colocou que os estudos rurais vêm avançando qualitativamente em direção à necessidade de (re)conhecer as dinâmicas e aspectos espaciais (territorialidade etc.), de redefinir esses espaços, de entender os novos papéis dos sujeitos rurais assentados neles (diversidades e complexidades) e as ruralidades da contemporaneidade para além da agricultura em si, da interdependência entre rural/urbano e agricultura/indústria, e sob o enfoque do desenvolvimento rural sustentável, aspecto demandado a partir, principalmente, dos impactos ambientais empiricamente comprovados dos anos 1970 em diante (NAVARRO, 2001).

Nesse capítulo, a autora citou ainda estudos a respeito dos avanços de representatividade, das políticas públicas, das limitações teórico-identitárias inerentes ao “campesinato” e sua diversidade (Lei nº 11.326) (2006), assim como sobre as contradições e imposições do modelo produtivista (exploração do trabalho, a subordinação e a concentração da propriedade), a crise de paradigmas sociais e políticos, a globalização, o “equivoco censitário”<sup>5</sup> e o entendimento das novas relações de poder, e, especialmente, as questões que permeiam e perpetuam a pobreza rural.

Sobre o desenvolvimento rural, Wanderley citou estudos que consideraram os efeitos da lógica urbano-industrial, da minimização da importância da agricultura e sua subordinação, da priorização da especialização, da integração/exclusão do campesinato em/de cadeias produtivas e da urbanização do campo para medir o seu “alcance”, bem como a importância da “agrodiversidade”, da “agroecologia”, da relação homem/biodiversidade, da “reapropriação” de atividades agroindustriais, da renda, das diferentes relações sociais, dos conceitos “ruralidade”, “reciprocidade”, “território”, “multifuncionalidade” e “sustentabilidade” para esse processo, no âmbito da então agricultura familiar.

<sup>4</sup> Ver ainda Anjos (2003). [Este não está na lista de referências. Albano]

<sup>5</sup> Definição do Brasil pelo IBGE como um país urbano e intimamente rural ou desse último como um *continuum* urbano cada vez mais em vias de se tornar um processo homogêneo.

Por último, a autora destacou a importância dos estudos rurais sob uma perspectiva multidisciplinar, da pluralidade de espaços institucionais e de iniciativas de pesquisa, do diálogo e intercâmbio permanente entre e com diferentes estudiosos e suas posições teóricas, do envolvimento de acadêmicos com movimentos sociais e em instituições governamentais, como caminhos para fomentar reflexões, estudos qualitativos e teorias explicativas sobre o mundo rural.

## REFERÊNCIAS

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 16, n. 44, 2001.

VERGÉS, Armando Bartra. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Texto submetido à Revista em 03.05.2015  
Aceito para publicação em 10.07.2015